

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.256 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2001



Pratini de Moraes foi questionado por 13 senadores

Pratini prevê que o Brasil será o maior exportador mundial de carne

Em debate no plenário do Senado, o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, afirmou ontem que os países ricos têm utilizado as barreiras sanitárias como uma nova forma de protecionismo, mas manifestou a certeza de crescimento significativo das exportações brasileiras de carne.

PÁGINAS 6 A 8

Procurador e jornalistas confirmam conteúdo das declarações de ACM

Em depoimento ao Conselho de Ética do Senado, Luiz Francisco de Souza ratifica os termos da conversa com o senador Antonio Carlos Magalhães, enquanto os repórteres da revista "IstoÉ" sustentam o teor da fita gravada



Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca ouvem o depoimento do procurador Luiz Francisco de Souza

Três jornalistas da revista *IstoÉ* confirmaram ontem, diante do Conselho de Ética do Senado, o conteúdo da fita gravada com a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães e os procuradores da República. O procurador Luiz Francisco de Souza ratificou o teor dos diálogos, enquanto seus colegas Guilherme Schelb e Eliana Torelly alegaram ética profissional para não detalhar os assuntos tratados, embora admitindo que os temas do encontro foram os mesmos publicados pela revista.

"Nunca vi tanta mentira", afirma Antonio Carlos

PÁGINAS 3 A 5

Mulher recebe homenagem em sessão solene do Congresso

Com a presença de senadoras e deputadas, que se revezaram na presidência e secretarias da Mesa, o Congresso Nacional assinalou ontem, em sessão solene, a passagem do Dia Internacional da Mulher. As senadoras Emilia Fernandes, Maria do Carmo Alves e Marina Silva fizeram pronunciamentos durante a sessão, que contou também com apresentação de corais.

PÁGINA 9



O Coral do Senado se apresenta na sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Plenário aprecia criação do estado do Araguaia

Projeto de Mozarildo Cavalcanti convoca plebiscito para que a população de 52 municípios decida sobre a formação de novo estado.

PÁGINA 11

Líderes fazem acordo para a composição das comissões

Reunião realizada ontem à noite definiu a composição das sete comissões técnicas do Senado.

PÁGINA 2

Lideranças definem quem ficará no comando das comissões técnicas

PMDB cede direito de fazer a primeira escolha, que lhe é assegurada pela condição de maior bancada do Senado, e presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será do PSDB

Senado vota projeto que cria 70 vagas na Defensoria

O Plenário vota hoje projeto do Executivo que cria 70 vagas de defensor público da União. Ele foi relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e complementa o que criou, em caráter provisório, a Defensoria Pública da União. Os cargos serão providos por concurso público e irão fortalecer o corpo funcional da Defensoria, que tem como principal atividade prestar assistência jurídica gratuita aos que não podem pagar por esse serviço. O projeto já foi aprovado pela Câmara e, se aprovado hoje, seguirá para a sanção presidencial.

As lideranças partidárias chegaram a um acordo sobre a composição das comissões técnicas do Senado na noite de ontem, durante reunião convocada pelo presidente da Casa, Jader Barbalho. A presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ficou para o PSDB, em decorrência de decisão tomada pela bancada do PMDB. Como maior bancada, o PMDB tinha o direito de fazer a primeira escolha e a cedeu aos tucanos.

Os líderes acertaram também fazer a indicação dos integrantes das comissões – titulares e suplentes – até a próxima terça-feira. A eleição para os cargos de presidente, vice e relator está marcada para o dia seguinte, já definida a seguinte composição partidária:

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – presidente: PSDB, vice-presidente: PMDB;

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – presi-



Os líderes dos partidos e do governo se reuniram ontem à noite com o presidente do Senado, Jader Barbalho (C), para discutir o assunto

dente: PFL, vice: PSDB;

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – presidente: Bloco Oposição, vice: PMDB;

Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) – presidente: PMDB, vice: PFL;

Comissão de Educação (CE) – presidente: PSDB, vice: PFL;

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – presiden-

te: PMDB, vice: PSDB;

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – presidente PFL, vice: Bloco Oposição.

Compareceram à reunião, realizada no gabinete do presidente do Senado, os líderes José Roberto Arruda, Sérgio Machado, José Eduardo Dutra, Ademir Andrade, Renan Calheiros, Arlindo Porto, Leomar Quintanilha e Eduardo Siqueira Campos.



JADER RECEBE ANISTIADOS POLÍTICOS

O presidente do Senado, Jader Barbalho, concedeu audiência ontem a dois representantes de anistiados políticos, Luiz Carlos Natal e Aquiles Ferrari, que vieram solicitar apoio para a aprovação de pro-

posta que trata do aperfeiçoamento da atual legislação sobre a anistia. A matéria, segundo eles, vem sendo discutida no âmbito do Executivo, mas ainda não alcançou consenso dentro do governo.

Arlindo propõe edição de livro sobre Mário Covas

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou requerimento à Mesa do Senado, pedindo que seja autorizada a publicação de livro sobre a vida e a obra do ex-governador de São Paulo Mário Covas, dentro da coleção *Grandes*



Mário Covas pode integrar coleção que homenageia grandes vultos do Senado

Vultos que Honraram o Senado. Ele argumenta que a iniciativa justifica-se pela "importância da vida parlamentar do ex-senador para esta Casa e para a história política do Brasil".

A coleção foi criada pela Resolução nº 84, de 1996. Desde então, já foram homenageados, por meio de publicações específicas, os ex-senadores Pompeu de Souza (DF), Argemiro Figueiredo (PB), Clodomir Cardoso (MA) e Teotônio Vilella (AL). A coleção "Grandes Vultos" presta homenagens a ex-senadores que se destacaram por suas contribuições à vida política e cultural e à história do país. O pedido de Arlindo Porto aguarda deliberação da Mesa.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

11h30 – Recebe o senador licenciado Artur da Távola, secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 25/98, institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; PLC nº 51/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.020/95, que dispõe sobre a implantação, em caráter emergencial e provisório, da Defensoria Pública da União; PLS nº 113/2000-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 18/1999, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 115/1996, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis (MS); PDL nº 1/2000, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Patense de Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas (MG); PDL nº 27/2000, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 92, aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Costa Branca para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Areia Branca (RN); PDL nº 111/2000, aprova o ato que outorga concessão à Rádio Princesa das Matas para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Viçosa (AL); PDL nº 158/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporá (PR); PDL nº 175/2000, aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Santa Ana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maceió (AL); PDL nº 202/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília (DF); e Requerimento nº 18/2001, solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 664 e 688, de 1999, por regulararem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h – CPI do Futebol

Pauta: Depoimento do presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Roberto Abranches e do ex-conselheiro do Flamengo Paulo César Ferreira. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CONSELHO DE ÉTICA

Procuradores confirmam temas da reunião com ACM

O Conselho de Ética do Senado ouviu ontem os jornalistas responsáveis pela reportagem da revista *IstoÉ* sobre a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os procuradores Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Os repórteres Andrei Meireles, Mário Simas e Mino Pedrosa garantiram que o material publicado pela revista corresponde ao teor da gravação a que eles tiveram acesso. Os procuradores também foram ouvidos. Primeiro, Luiz Francisco, que confirmou o teor das denúncias de Antonio Carlos quanto a irregularidades no governo. Ele disse ainda que os demais procuradores consentiram com as gravações. Este último ponto foi

objeto de divergências entre os depoimentos. Schelb e Eliana Torelly, que depuseram em seguida, negaram ter concordado com a gravação e, alegando ética profissional, recusaram-se a confirmar trechos da conversa. Depois, pressionados pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), admitiram que os temas do encontro foram os mesmos publicados pela revista. Em entrevista coletiva, Antonio Carlos disse que Luiz Francisco mentiu no depoimento. O objetivo do procurador, na avaliação do senador, foi o de intrigá-lo com a senadora Heloísa Helena. “Ainda bem que os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly desmentiram as declarações de Luiz Francisco.”



Andrei Meireles, Mário Simas e Mino Pedrosa depuseram ontem no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Jornalistas dizem que tiveram acesso a duas fitas e sustentam teor da conversa

Os jornalistas Andrei Meireles, Mário Simas Filho e Mino Pedrosa, da revista *IstoÉ*, confirmaram ontem, aos integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o conteúdo integral da fita com a gravação da conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Segundo eles, a transcrição da conversa publicada pela revista corresponde ao teor da fita a que tiveram acesso.

Os três foram convidados a depor em função de providências determinadas pelo presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a partir de representação apresentada pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Heloísa Helena (PT-AL) e pelo deputado Walter Pinheiro (PT-BA). Baseada inicialmente na matéria “Abaixo da cintura”, publicada pela *IstoÉ* com trechos da fita gravada, a representação recebeu aditamento para incluir matérias posteriores do jornal *Folha de S. Paulo* da própria *IstoÉ*.

Como a fita original divulgada pela revista teria sido destruída, o principal questionamento feito pelos senadores aos depoentes referiu-se às diferenças entre os trechos da conversa divulgados pela

IstoÉ e a degravação realizada pelo perito Ricardo Molina, apresentada ao Senado em reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, na semana passada. Os três jornalistas abdicaram de fazer uma exposição prévia, assinaram termo de compromisso de que as informações prestadas aos senadores correspondem à verdade por eles conhecida e colocaram-se à disposição para responder às perguntas dos senadores.

Em resposta ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o primeiro depoente, Andrei Meireles, relatou que, na manhã do dia 19 de fevereiro, o procurador Luiz Francisco de Souza telefonou para o chefe da sucursal da revista, jornalista Tales Faria, com o qual acertou que a *IstoÉ* forneceria a ele um gravador, entregue por Mino Pedrosa. Depois, o procurador não permitiu que duas fitas audíveis fossem copiadas e, após muita resistência, admitiu que elas fossem ouvidas pelos jornalistas.

Ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o jornalista contou que o procurador manteve outro gravador em sua sala, contígua àquela em que se deu o encontro, fonte da fita inaudível depois degravada, com muitas lacunas, por Ricardo Molina. “Ouvimos duas fitas audíveis, das

quais não tivemos mais notícias”, afirmou Meireles, confirmando a Suassuna que elas continham, textualmente, os termos “chegar ao presidente” e “lista”. Os termos referem-se aos trechos da conversa que tiveram maior repercussão política: num deles, o senador baiano teria afirmado que os dados dos procuradores sobre Eduardo Jorge Caldas Pereira estariam incompletos e sugerido que a quebra do sigilo telefônico e bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República, nos anos de 1994 e 1998, permitiria “chegar ao presidente”; a “lista” refere-se à afirmação do senador de que teria a lista da votação secreta que resultou na cassação do senador Luiz Estevão.

Meireles confirmou, para os senadores Suassuna, Antero de Barros (PSDB-MT), Pedro Simon (PMDB-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Heloísa Helena (PT-AL), mais de uma vez ter ouvido esses e outros trechos divulgados pela revista. Todas as afirmações de Andrei Meireles foram confirmadas por Mino Pedrosa, que também escutou as fitas audíveis. Mário Simas Filho não participou da primeira reportagem publicada pela *IstoÉ* e disse ter sido responsável pelo encaminhamento da fita inaudível ao perito Ricardo Molina.

Ex-presidente será ouvido quando terminar perícia no painel eletrônico

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), comunicou aos demais integrantes do órgão que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também será ouvido sobre o diálogo que manteve com três procuradores da República no mês passado. Tebet disse que o senador pela Bahia manifestou, por telefone, o desejo de ser ouvido após o encerramento da perícia técnica que está sendo feita nos computadores que controlam o painel eletrônico do Senado.

Enquanto Tebet não designa um relator definitivo para a matéria em exame no conselho, o corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), exercerá a função provisoriamente, segundo informou o presidente.

Nos depoimentos dos três jornalistas ao conse-

lho, ontem, em resposta ao senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), Tebet afirmou estar “agindo estritamente como agiu em casos anteriores”, conforme providências solicitadas em representação a ele encaminhada pelos senadores do PT José Eduardo Dutra (SE) e Heloísa Helena (AL).

Ornélas assumiu a vaga de suplente no conselho, no lugar ocupado pelo ex-senador Djalma Bessa, e questionou Tebet sobre a oportunidade de o órgão estar realizando audiências públicas antes da conclusão da perícia

técnica no painel eletrônico e da apresentação de parecer do corregedor-geral Romeu Tuma sobre a suposta violação do sigilo das votações secretas.

Quanto ao depoimento do jornalista Andrei Meireles, Ornélas considerou “impressionante o cinismo com que ele tenta fazer valer a primeira versão publicada pela revista *IstoÉ*”. Na sua opinião, os trechos citados pela revista como correspondentes à fita gravada não resultaram de uma transcrição literal, como, a seu ver, a degravação feita pelo



Antonio Carlos Magalhães manifestou a Ramez Tebet (foto) desejo de falar ao final da perícia

perito Ricardo Molina teria comprovado. A fita, divulgada na Comissão de Fiscalização e Controle na semana passada, “de nenhuma maneira confirma o que a revista, irresponsavelmente, levanta e, criou para trazer à opinião pública”, disse.

O senador pela Bahia também declarou que Meireles é “jornalista altamente suspeito” e responde atualmente a processo movido por Antonio Carlos Magalhães. Tebet apelou aos senadores para que os depoentes não fossem submetidos a adjetivações e “considerações de ordem pessoal”. Meireles, por sua vez, obteve que atendeu à solicitação do conselho, que não tinha obrigação de depor e que não reconhecia no senador Ornélas capacidade técnica para lhe dar aula de jornalismo.

CONSELHO DE ÉTICA

Procurador sugere que CPI apure as denúncias de ACM

Ao sugerir que a segunda fita, considerada como quase inaudível, seja novamente periciada, desta vez de forma mais meticulosa e com maior acuidade, o procurador Luiz Francisco de Souza defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Senado para



Na opinião de Marina Silva, a imagem do Congresso está em jogo

apurar tudo que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarou na conversa com os procuradores e, em especial, o caso Eduardo Jorge. Para Luiz Francisco, será possível, por meio do exame da fita e do painel de votação do Senado, verificar-se que tudo que tem sido dito sobre a conversa realmente aconteceu.

Apesar de atestar a veracidade dos diálogos acontecidos no encontro com o senador, o procurador foi cuidadoso ao afirmar que as frases de Antonio Carlos e de seu assessor Fernando Cesar Mesquita podem ser entendidas com sentido deutivo ou não. Na primeira hipóte-

se, observou, as repercussões podem ser uma investigação sobre eventual quebra de decoro parlamentar por parte do senador. Na segunda, completou Luiz Francisco, pode-se concluir que o ex-presidente do Senado falou em tom de "bravata" ou para se gabar. O mesmo pode-

ria se supor, conforme o procurador, com relação às frases atribuídas a Mesquita, que teria admitido o vazamento de dados sigilosos do ex-senador Luiz Estevão.

A senadora Marina Silva (PT-AC), presente à reunião do conselho, também solicitou a instalação de uma CPI para esclarecer todos os pontos suscitados na conversa, advertindo para o risco de a imagem do Congresso ficar maculada caso isso não ocorra. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) comunicou que a lista de assinaturas para a criação da CPI já pode ser assinada por todos os senadores que o queiram.

Antero quer esclarecimentos de Fernando Cesar Mesquita

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou requerimento convidando o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, a participar de audiência para informar a sua versão sobre o episódio da conversa dos procuradores da República com o senador Antonio Carlos Magalhães.

Segundo o senador, as declarações do jornalista na conversa, publicadas pela revista *IstoÉ*, são "gravíssimas" e, portanto, interessam aos integrantes do conselho. Para o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o fato de já existir uma sindicância interna para apurar se Fernando Cesar foi a fonte dos dados sigilosos de Luiz Estevão para a imprensa não impede que ele também deponha no Conselho de Ética.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), presente à reunião de ontem do Conselho de Ética, solicitou a



Para Antero, é "gravíssima" a confissão de Fernando Cesar de que vazou informações

Tebet que convide para depor o jornalista autor da reportagem do jornal *Folha S. Paulo* que apresenta o depoimento de dois funcionários do Prodasen assumindo que teriam entregue ao senador Antonio Carlos Magalhães uma lista da votação secreta que culminou com a cassação do senador Luiz Estevão. Freire observou que mesmo que o jornalista se negue a fornecer suas fontes poderá dizer como a matéria foi apurada.

Luiz Francisco confirma a versão publicada por "IstoÉ"

Procurador diz que revista reproduziu corretamente teor das afirmações feitas no Ministério Público Federal por Antonio Carlos Magalhães

O procurador da República Luiz Francisco de Souza confirmou, durante audiência pública realizada ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a reunião realizada entre ele, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita e os procuradores Eliana Torelly e Guilherme Schelb. Disse também que o encontro, ocorrido em 19 de fevereiro, foi gravado com o consentimento e o conhecimento dos outros procuradores e que o teor das principais frases ditas pelos interlocutores da conversa condiz com o que foi publicado pela revista *IstoÉ*.

Por mais de quatro horas, Luiz Francisco respondeu às perguntas dos senadores, que queriam saber sobretudo se Antonio Carlos teria realmente dito que dispõe de uma lista com os votos da sessão secreta de cassação do ex-senador Luiz Estevão. O procurador respondeu que se lembrava, claramente, de o senador ter dito isso e de também haver citado que o sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, se quebrado, poderia atingir o presidente Fernando Henrique.

— Mesmo que as versões publicadas pela revista não sejam a transcrição literal das palavras do senador, em função de os jornalistas não terem tido acesso direto às fitas e de eu mesmo não ter mais as fitas audíveis comigo, é certo que ACM tenha dito: "Agora uma coisa eu



Os senadores Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, durante o depoimento de Luiz Francisco de Souza ao Conselho de Ética do Senado Federal

posso dizer, a senadora Heloísa Helena votou no senador. Eu tenho a lista de todo mundo que votou nele. Ela disse no Senado que seria bom se Luiz Estevão não fosse cassado porque eu e ele poderíamos acabar nos matando" — afirmou o procurador, dizendo reproduzir as palavras do senador baiano.

Luiz Francisco observou que não tem mais as duas fitas "audíveis" por ter tentado destruí-las após discussão com seus colegas procuradores. Ele, no entanto, não garantiu que elas foram destruídas, pois, segundo relatou, pisou nelas e as deixou na sala em que se encontravam os outros dois procuradores. A terceira fita, explicou, foi obtida por meio de outro gravador, não tem a nitidez da outra gravação e foi parcialmente (cerca de 75%) reproduzida pelo perito Ricardo Molina.

E descartou a possibilidade, aventada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), de os jornalistas da *IstoÉ* terem gravado a fita que ouviu, lembrando que, se assim fos-

se, tanto ele como os repórteres entregariam essa prova da conversa para o Conselho. "Isso evitaria o desgaste que estamos tendo", disse.

Questionado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Luiz Francisco explicou que decidiu gravar a conversa para se resguardar de incorreções futuras e por temer um recuo por parte do senador e de seu assessor nas denúncias feitas. Ele fez questão de esclarecer que o motivo pelo qual concordou com o encontro foi o fato de sempre ter se interessado por denúncias de corrupção. Negou que tenha tido como motivação qualquer acordo com a revista *IstoÉ*, conforme afirmara o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), e disse que apenas escolheu aquele veículo por nele identificar jornalistas investigativos que têm o mesmo interesse em descobrir corruptos.

— Tenho uma boa profissão, e não a troco por nada. Não acho que errei ao fazer a gravação. Mas considero errado que eu esteja sendo sacrificado e não os corruptos — disse.

Uma conversa, três fitas gravadas

O procurador da República Luiz Francisco de Souza procurou reconstituir para os senadores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como se deu a gravação da conversa ocorrida entre ele, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o jornalista Fernando Cesar Mesquita e os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

Luiz Francisco contou que, depois de acertar com seus colegas que gravaria o encontro com o senador, entrou em contato com o diretor da Sucursal de Brasília da *IstoÉ*,

Tales Faria, que lhe mandou entregar um gravador. Ele foi colocado pelo próprio procurador, em um armário de uma outra sala, o que prejudicou a qualidade do som.

Um segundo gravador, este do próprio procurador, foi colocado no bolso de seu paletó. Ele disse que, durante a conversa, saiu para mudar o lado da fita e depois para colocar uma segunda fita. Portanto, esse gravador gerou duas fitas, que, de acordo com Luiz Francisco, têm qualidade melhor que a outra. Essas fitas foram ouvidas pelos dois

jornalistas da *IstoÉ*, Andrei Meirelles e Mino Pedrosa, que não puderam manuseá-las ou copiá-las. Elas teriam sido depois destruídas pelos três procuradores, mas, segundo Luiz Francisco, não há certeza se realmente foram perdidas.

Aquela outra fita — a de pior qualidade, segundo o procurador — foi depois encaminhada para a *IstoÉ*, que a remeteu para o perito Ricardo Molina. Cópia dessa fita foi enviada ao Conselho, durante a realização da reunião, pelo dono da revista, Domingo Azugaray.

CONSELHO DE ÉTICA

“Nunca vi tanta mentira”, reage Antonio Carlos

Ex-presidente do Senado aponta conluio entre o procurador Luiz Francisco e “IstoÉ” para atingi-lo e afirma que degravação realizada por Ricardo Molina provou “uma montagem da revista em cima de vários trechos”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou em entrevista à imprensa que o procurador da República Luiz Francisco de Souza “mentiu várias vezes” em seu depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, ontem, deixando o Ministério Público em uma “situação difícil”.

— Nunca vi tanta mentira em um depoimento, apenas para me intrigar com a senadora Heloísa Helena. Ainda bem que o procurador Guilherme Schelb e a procuradora Eliana Torelly foram ao conselho pouco depois e desmancharam todo o mal que ele fez, todas as mentiras que disse — afirmou.

Para o ex-presidente do Senado, “ficou claro que há um conluio entre o procurador Luiz Francisco e a revista *IstoÉ*” para atingi-lo. Antonio Carlos disse que já está provado, com a degravação



Antonio Carlos informou que assinará requerimento das oposições para instalar CPI

feita pelo perito foneticista Ricardo Molina, “que houve uma montagem da revista em cima de vários trechos” da conversa que ele manteve com os procuradores.

O senador informou que só irá falar ao Conselho de Ética depois que os peritos da Unicamp enviarem ao Senado o laudo sobre a vulnerabilidade do painel eletrônico do Senado e a Corregedoria da Casa determinar que ele deve

apresentar explicações ao conselho. Até agora, no entender do senador baiano, os depoimentos ao Conselho de Ética “foram políticos” e se transformaram “em espetáculo circense”. Ele criticou os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Antero de Barros (PSDB-MT) por suas declarações durante os depoimentos dos procuradores.

Questionado por jornalistas se a atuação do procurador Luiz Francisco de Souza no episódio poderia fortalecer os defensores da “lei da mordaza” (projeto que limita a atuação dos procuradores), Antonio Carlos Magalhães manifestou-se contra o projeto. “Os procuradores não podem ser cerceados.”

Ele informou ainda que assinará o requerimento das oposições para se criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de corrupção.

Comissão pede à Unicamp rapidez no laudo sobre painel

A comissão que investiga a suposta violação do sigilo do painel eletrônico de votação do Senado pediu aos peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) que apressem seu trabalho. O presidente da comissão, Dirceu Teixeira Matos, informou que os peritos pediram três semanas para apresentação de seu laudo, prazo que ele considera “muito longo”.

A comissão não tem qualquer novo depoimento marcado, depois de ter ouvido técnicos do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e funcionários que trabalham diretamente com os sete computadores que abastecem o painel de votações do Senado. “O laudo técnico da Unicamp será fundamental para as conclusões da comissão”, afir-

mou Dirceu Matos.

Para ele, os depoimentos dos procuradores da República ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, ontem, não têm utilidade para a comissão, a qual está encarregada apenas de confirmar ou não a possibilidade de acesso aos votos dos senadores dados nas sessões secretas, como foi a que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. A comissão de inquérito foi criada pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, depois que a revista *IstoÉ* publicou trechos de uma conversa do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães com os procuradores, na qual o senador teria dito que possuía uma lista com os votos da sessão que cassou Luiz Estevão.

Schelb e Eliana confirmam temas, mas não dão detalhes

Em depoimento ontem perante o Conselho de Ética do Senado, os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly confirmaram que os temas tratados em reunião deles com o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, no dia 19 de fevereiro, foram os mesmos publicados pela revista *IstoÉ*. Entretanto, Schelb e Eliana alegaram a necessidade ética e a obrigação legal de preservar o conteúdo de uma “conversa profissional” para não confirmar os trechos divulgados, completar ou esclarecer lacunas do texto, que foi entregue na semana passada à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado pelo perito em fonética Ricardo Molina.

Os dois procuradores, que depuseram após Luiz Francisco de Souza, deram a sua versão sobre a gravação do encontro e os fatos que antecederam e se seguiram à publicação da matéria sobre a reunião. Schelb e Eliana disseram que foram informados por Luiz Francisco da intenção dele de fazer gravação do encontro, realizado no Ministério Público, mas o desaconselharam a fazê-lo. Lembra-ram-lhe que a lei protege a identidade e as informações prestadas



Os senadores Antero Paes de Barros (E) e Ramez Tebet ouvem no Conselho de Ética os procuradores Guilherme Schelb (D) e Eliana Torelly

por qualquer cidadão ou autoridade à procuradoria.

— Fomos surpreendidos quando ao final do encontro ele tirou do paletó um gravador e o acionou, dizendo que a gravação ficara inaudível — contaram Schelb e Eliana. A eles Luiz Francisco disse que a gravação teria como objetivo proteger o Ministério Público de eventual tentativa de exploração do encontro pelo senador.

Schelb justificou o encontro com Antonio Carlos como uma oportunidade para tratar da tramitação da medida provisória que limita a ação dos procuradores. O procurador convidou Luiz Francisco, por ser um companheiro de trabalho de longa data, e Eliana, por ser a procuradora-chefe substituta.

Conforme a procuradora, quando surgiram os indícios de que Luiz Francisco passara informações à

imprensa sobre o encontro, ela e Schelb o questionaram. Pressionado, Luiz Francisco disse que fizera “transcrições” de alguns trechos para jornalistas da *IstoÉ*. Neste momento, afirmaram os dois procuradores, eles nada sabiam sobre um gravador — pertencente à revista — que Luiz Francisco teria instalado a certa distância e que também registrara a conversa. No dia 21, quando ficou forte a impressão de que fitas haviam sido entregues à imprensa, Luiz Francisco foi novamente pressionado e levou uma sacola plástica com três fitas microcassete ao gabinete de Eliana, dizendo que não havia “fita nenhuma”. Em seguida, pisoteou as fitas com o calcanhar, e amassou-as com a mão, entregando o material para ser jogado fora. A procuradora afirmou ter queimado as fitas danificadas.

Oposição começa a coletar assinaturas para instalar CPI

Os partidos de oposição na Câmara e no Senado realizam hoje, às 11h, ato simbólico para início da coleta de assinatura de parlamentares a um requerimento que cria comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção publicadas nos últimos meses pela imprensa.

As denúncias envolvem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o Banco do Estado do Pará, a ampliação do aeroporto de Salvador, a existência de contas fantasmas na agência de Salvador do Citibank e contratos de obras nos portos de Salvador e de Santos. De acordo com o requerimento, a CPI investigará também se o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira cometeram atos irregulares no exercício de funções públicas.

— Será uma CPI ampla, que investigará não só denúncias feitas pela imprensa, mas também pelos senadores Antonio Carlos Maga-

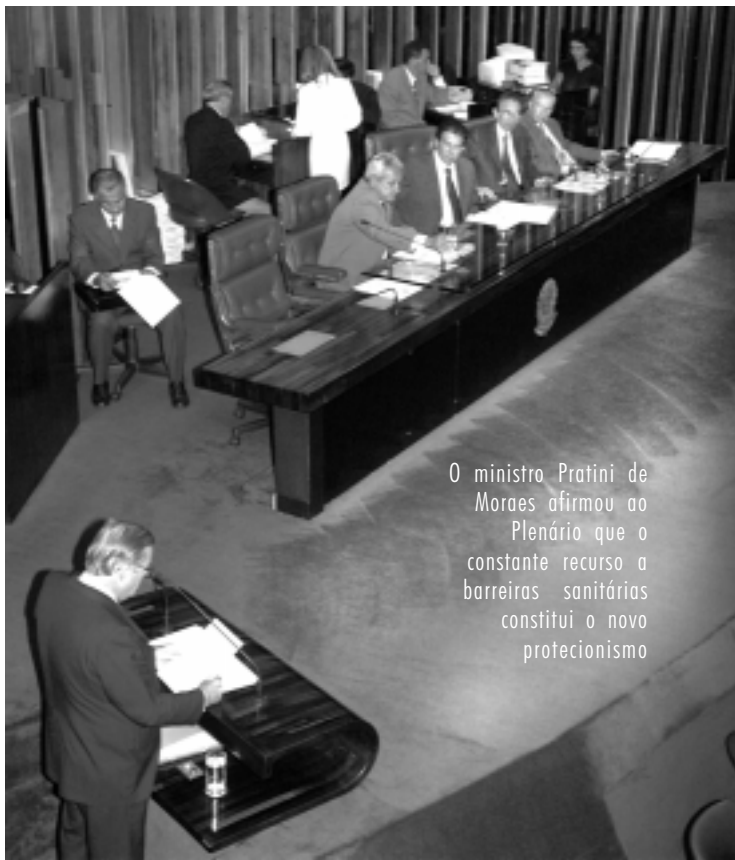


“Será uma CPI ampla”, anuncia o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra

lhães, Renan Calheiros e Jader Barbalho — informou o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE).

O senador disse ainda que, pela primeira vez, os partidos de oposição vão coletar assinaturas de apoio à CPI de eleitores de todos os estados, as quais serão anexadas ao requerimento. Para ser instalada, no entanto, a CPI precisa da assinatura de um terço dos senadores e dos deputados — 27 no Senado e 171 na Câmara.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



O ministro Pratini de Moraes afirmou ao Plenário que o constante recurso a barreiras sanitárias constitui o novo protecionismo

Osmar Dias sugere melhoria do sistema de vigilância sanitária

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) sugeriu ao ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, a melhoria do sistema de vigilância sanitária de modo a garantir a qualidade da carne brasileira e seu espaço no mercado internacional. Durante debate realizado no plenário para discutir a crise comercial com o Canadá, Osmar também defendeu a implementação, pelo Brasil, de política de defesa agropecuária em conjunto com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.



Segundo Osmar, novas ações podem estar a caminho

— É engano achar que exportaremos mais em razão de problemas com os rebanhos de outros países — disse Osmar Dias. Ele explicou que a piora generalizada da saúde animal já está levando à redução no consumo de carne em nível mundial, o que pode afetar o Brasil, considerando o produtor com maior potencial de crescimento de suas vendas externas. A ação conjunta no Mercosul contribuiria para a diminuição global dos focos de doença e protegeria o Brasil da aftosa, que está praticamente erradicada no país mas pode ganhar fôlego com a importação de rezes da Argentina.

Em resposta, Pratini informou que já há uma ação sanitária coordenada no Mercosul. Em razão dela, a Argentina suspendeu recentemente as exportações de carne ao Brasil, em vez de sofrer embargo por parte do governo brasileiro, quando ficou comprovada a epidemia de febre aftosa naquele país.

Osmar mostrou preocupação com a capacidade de o setor público se equipar e responder aos desafios da vigilância sanitária. Ele respondeu que os órgãos federais das áreas de vigilância sanitária e defesa agropecuária contarão com os recursos necessários para dar à atividade de controle de epidemias a eficiência necessária. Está prevista, inclusive, a realização de concursos para a admissão de técnicos e apoio às atividades dos estados.

— O maior problema não é de recursos, mas a necessidade de renovar as equipes e rever os currículos das escolas de veterinária, que nos últimos anos substituíram disciplinas voltadas ao controle de epidemias de rebanhos por tratamentos de animais de estimação — disse Pratini.

O senador fez questão de elogiar a “rapidez e a eficiência” com que o governo deu resposta ao embargo imposto pelo Canadá à carne brasileira. Alertou, no entanto, que o país deve esperar mais ações como a canadense porque está a caminho de se tornar o líder mundial das exportações de carne.

O combate às práticas protecionistas dos países desenvolvidos e o reforço do sistema de vigilância sanitária do Brasil foram os principais temas da exposição feita ontem em plenário pelo ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, convidado para esclarecer o episódio da suspensão da importação de carne brasileira pelo Canadá. Durante o debate, que durou mais de quatro horas e contou com questionamentos de 13 senadores, Pratini afirmou que os países ricos têm utilizado as barreiras sanitárias como uma nova forma de protecionismo.

O ministro da Agricultura disse ainda que as dificuldades enfrentadas no comércio internacional de carnes, a partir do surgimento em vários países de casos de febre aftosa e de doença da vaca louca, podem favorecer o aumento das exportações brasileiras. O depoimento de Pratini ocorreu um dia após um outro debate sobre a crise no relacionamento entre o Brasil e o Canadá, com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.

País será o maior exportador mundial de carne, prevê Pratini

O ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, previu ontem, no plenário do Senado, que o Brasil se transformará nos próximos anos no maior exportador mundial de carnes. Para isso, observou, o país precisará reforçar seu sistema de vigilância sanitária e combater iniciativas de países desenvolvidos — como a recente proibição de importação de carne bovina nacional pelo Canadá — destinadas a limitar o crescimento da participação brasileira no comércio internacional.

— Estou a cada dia mais convencido de que o constante recurso a barreiras sanitárias constitui, na verdade, o novo nome do protecionismo — afirmou Pratini aos senadores, durante sessão destina-

da à discussão do conflito comercial entre o Brasil e o Canadá.

Ao mesmo tempo em que reduzem suas tarifas de importação, analisou ele, os países ricos aumentam as barreiras não-tarifárias às exportações dos países em desenvolvimento.

A decisão do governo canadense de suspender as importações de carne brasileira, sob o argumento de risco teórico de contaminação do rebanho pela doença da vaca louca, foi adotada no início de fevereiro e seguida pelos Estados Unidos e pelo México, parceiros do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Como o Canadá alegava não haver recebido informações técnicas solicitadas ao Brasil, o ministro conta que ofereceu

uma resposta imediata ao governo canadense.

O Ministério da Agricultura brasileiro foi informado, porém, de que o Canadá já havia tomado a decisão de suspender as importações de carne, só retomadas depois da visita ao Brasil de uma comissão composta por técnicos dos Estados Unidos e do México. Ao relembrar o episódio, Pratini disse não ter dúvidas de que a motivação canadense não se inspirou na proteção aos consumidores. “Tratou-se de iniciativa marcadamente política, que deve ser analisada contra o pano de fundo do acirramento do contencioso comercial entre os dois países no tocante a medidas de incentivo às exportações de aeronaves”, afirmou.

Ministro condena subsídios pagos por nações ricas

Além das medidas protecionistas, o ministro condenou os subsídios — que calculou em US\$ 1 bilhão por dia — concedidos pelos países desenvolvidos a seus produtores. A utilização desses recursos, observou, está na origem da introdução de métodos intensivos de criação de gado que, combinando confinamento à alimentação à base de proteína animal, teriam levado ao surgimento da doença da vaca louca.

O gado brasileiro, ao contrário, é quase exclusivamente alimentado a pasto. Quando existe suplementação alimentar, informou o ministro, são aproveitadas matérias-primas de origem vegetal. E o gado bovino importado vem sendo utilizado apenas para a reprodução, o que também

afasta a possibilidade de contaminação. Mesmo assim, Pratini de Moraes defendeu o reforço do sistema federal de defesa agropecuária, com a presença garantida de profissionais no controle dos rebanhos nas unidades de abate, nos portos e aeroportos.

A crise no comércio internacional de carnes, deflagrada após o surgimento de casos de contaminação de animais com a doença da vaca louca, também pode, na opinião do ministro da Agricultura, abrir novos espaços para o Brasil. “Para a carne bovina brasileira, é uma oportunidade de crescimento para os próximos meses, quando o consumo voltar a crescer”, previu Pratini. “Mas para a carne de frangos e de suínos, que substituem boa parte da deman-



Para Pratini de Moraes, as barreiras sanitárias são “o novo nome do protecionismo”

da de carne bovina, a oportunidade é extraordinária e imediata”, completou Pratini de Moraes.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



Para Saturnino, Ministério da Agricultura é vítima de desmantelamento

Saturnino: medidas protecionistas dos países ricos "não são irracionais nem insensatas"

A política de desmantelamento do Estado tem, na opinião do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), vitimado o Ministério da Agricultura. A prova disso, avalia, reside no fato de o Brasil não ter podido responder com exatidão qual a quantidade e o destino dos milhares de cabeças de gado importados da Europa no início da década de 90. O parlamentar entende que situações como essa, decorrentes da falta de pessoal, servem de pretexto para atitudes protecionistas.

O ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, admitiu que enfrentou problemas de falta de pessoal, mais em razão de problemas burocráticos do que por falta de recursos. Ele disse que, no final de 1999, tentou fazer uma contratação emergencial para fiscalizar os frigoríficos, mas só pôde fazê-lo recentemente, já que o Ministério Público se opôs, alegando que não eram válidas para aquele caso as leis de contratação temporária aprovadas pelo Congresso.

O senador considera que "não são irracionais nem insensatas" as medidas adotadas pelos países ricos para proteger a sua agricultura. Para ele, o Brasil deveria seguir o mesmo caminho em relação à sua indústria. O ministro concordou com o senador.



Eduardo Suplicy defende plebiscito para definir adesão do país à Alca

Suplicy: adesão à Alca diz respeito a toda a sociedade, não só aos empresários

O Brasil está inteiramente livre do mal da vaca louca e desde 1990 não faz qualquer importação de ração animal para gado, principalmente de ração fabricada com ossos, sangue ou carne de mamíferos, disse o ministro Pratini de Moraes, ao responder a perguntas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele garantiu também que o Brasil nunca deixou de atender a consultas do governo canadense sobre a produção animal do país.

O ministro admitiu apenas uma importação de 150 kg de farinha de carne para testes

na alimentação de cães. Pratini garantiu a Suplicy que a última consulta canadense sobre gado ao Brasil aconteceu em 1998. Suplicy quis saber a opinião do ministro sobre a convocação de um plebiscito para consultar a população sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Pratini respondeu que não via sentido em consultar a população sobre adesão a um tratado de ordem econômica, mas informou que o governo vai reunir empresários e entidades do setor de agronegócios e industriais para debater o tema. O senador discordou, por achar que a implantação da Alca terá um impacto profundo no Brasil, que será sentido não apenas por empresários, mas pela população como um todo.



Quintanilha está preocupado com proteção contra a febre aftosa

Quintanilha quer saber como o país vai recuperar credibilidade externa

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) está preocupado com a proteção ao gado brasileiro contra a febre aftosa. Ele perguntou ao ministro da Agricultura sobre as medidas que o governo pretende tomar para evitar o avanço da doença.

O ministro revelou que o Brasil está em entendimentos com o Uruguai para ampliar o controle de fronteira. Pratini salientou que, apesar de a Argentina ter focos de aftosa, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão livres da doen-

ça. O ministro ponderou, no entanto, que não basta a ação do governo para que o problema esteja solucionado. "É necessária a participação da sociedade", afirmou Pratini, que propõe a criação de um

Conselho de Sanidade em cada município onde há produção de gado. Quintanilha quis saber também do ministro o que o país está fazendo para recuperar sua credibilidade depois do incidente com o Canadá. Pratini respondeu que a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes e um grupo de frigoríficos do Sul do Brasil estão trabalhando em um programa de divulgação da carne brasileira no exterior que contará com o apoio do governo federal.



Hugo Napoleão manifesta estranheza por atitude canadense

O senador Hugo Napoleão criticou a OMC por favorecer as nações mais ricas

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) manifestou estranheza com o fato de um país rico como o Canadá adotar medidas contra a carne brasileira como forma de retaliação pela disputa entre as fabricantes de aeronaves Bombardier e Embraer. O ministro Pratini de Moraes lembrou, em resposta, que o Brasil conta com o maior rebanho comercial do mundo, ocupando o terceiro lugar no ranking das exportações de carne, posição que já foi do Canadá. "A gente incomoda", afirmou ele.

Hugo Napoleão disse que o Canadá é "um

país dúbio", onde uma parcela significativa da população tem idéias separatistas, que "deixa a desejar em matéria de política". Pratini de Moraes concordou, e acrescentou que o Canadá invocou, como razão para o boicote à carne brasileira, um documento inexistente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), como demonstrou consulta à própria organização.

O senador criticou a Organização Mundial do Comércio (OMC), e o ministro concordou que as regras que regem a OMC foram feitas para agradar os países ricos. Pratini observou, no entanto, que o Brasil protesta sempre que possível contra as regras e disse achar "muito positivo ter onde protestar".



Simon lembra que estratégia de guerra prejudicou o Rio Grande do Sul

Pedro Simon elogiou o desempenho de Pratini durante o boicote canadense

A idéia de que existia a possibilidade de uma guerra entre o Brasil e a Argentina transformou a região sul do Rio Grande do Sul em uma das mais pobres do país, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao interpelar o ministro da Agricultura. O senador explicou que essa "estratégia de guerra possível" impediu qualquer investimento econômico naquela região.

Simon destacou o trabalho desenvolvido pelo ministro, em especial no caso do boicote

à carne bovina brasileira pelo Canadá. O embargo foi interpretado pelo senador como uma "atitude grosseira". Ele recordou que, quando governador do Rio Grande do Sul, o Canadá tinha a maior comiti-

va nas feiras agropecuárias e recebia um tratamento diferenciado por parte dos gaúchos. Pratini falou que as reflexões de Simon são muito pertinentes e que é preciso fazer tudo o que for possível para fortalecer o Mercosul. "Fica muito mais fácil e proveitoso negociar com os americanos em bloco, do que país a país." Pratini disse não temer a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois entende que o Mercosul é um poderoso instrumento de negociação, além de se constituir no maior exportador de alimentos do mundo.



Pratini diz a Arlindo que a hora "é de fazer negócios com o Canadá"

Arlindo Porto pediu providências contra a triangulação de produtos agrícolas

O ministro Pratini de Moraes afirmou também, durante sua exposição aos senadores, que existem três ações possíveis contra o Canadá diante dos prejuízos causados pelo embargo à carne bovina brasileira. Em resposta ao senador Arlindo Porto (PTB-MG), Pratini esclareceu que a primeira possibilidade é encaminhar um protesto formal à Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo brasileiro pode verificar também, disse o ministro, se cabe cobrar uma indenização do Canadá. Finalmente, a iniciativa ju-

rídica pode ficar com os empresários prejudicados. Mas, para Pratini de Moraes, o caso está encerrado e "o momento é de fazer negócios com o Canadá".

O senador Arlindo Porto também demonstrou preocupação com a chamada triangulação, operação que consiste na venda de produtos de um país por uma terceira nação, como forma de auferir vantagens tarifárias ou fiscais. Segundo o senador, a Argentina, por exemplo, compra o leite subsidiado nos países europeus e vende mais barato aqui. O ministro garantiu que não vai permitir triangulação no país e defendeu a necessidade de se rever a estratégia de tarifa externa quanto aos produtos importados que recebem subsídio.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



Ademir questiona diferença entre o orçamento e o que o governo libera

Ademir compara apoio da Europa ao setor agrícola com o que ocorre no Brasil

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu explicações ao ministro Pratini de Moraes sobre a diferença entre o orçamento previsto para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o realmente liberado pelo governo. Com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira, Ademir disse que em 2000 o ministério tinha um orçamento de R\$ 6,4 bilhões, mas o governo liberou apenas R\$ 3,44 bilhões.

Pratini entregou ao senador o resumo do Plano Agrícola para o biênio 2000/2001. Segun-

do ele, houve um aumento dos recursos de um ano para o outro da ordem de 44% e um acréscimo de R\$ 1,3 bilhão nos recursos para investimentos. "Não estou satisfeito ainda, é muito pouco comparado com outros países. Eu queria mais recursos", afirmou, prometendo enviar a Ademir os dados de que dispõe sobre os valores do orçamento, pois diferem dos apresentados pelo senador.

Ademir também perguntou sobre o que fazer para que o Brasil dê ao setor agrícola o que a Europa dá aos seus agricultores. Pratini disse que o excesso de subsídios na Europa, Estados Unidos e Japão tem gerado distorções brutais. "Uma das conseqüências é o mal da vaca louca. O subsídio levou à fabricação da ração barata que contaminou o gado", explicou.



Amir Lando defende mais investimento em pesquisas agropecuárias

Lando: crise envolvendo a carne brasileira ajudou a despertar o orgulho nacional

Na avaliação do senador Amir Lando (PMDB-RO), a vaca louca foi uma "doença de essência política", mas o parlamentar acrescentou que o Ministério da Agricultura precisa agora se debruçar sobre doenças que realmente afetam o rebanho do país, como a febre aftosa. Para ele, deve-se investir mais em pesquisas agropecuárias. O pronunciamento ocorreu durante a audiência pública com o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Na opinião do senador, o êxito nas nego-

ciações para fazer com que a carne brasileira voltasse a ter a sua qualidade sanitária reconhecida pelos países da América do Norte foi resultado do empenho de "figuras de enorme importância para a República, como o ministro". Além de agradecer as palavras do parlamentar, o ministro apresentou dados sobre Rondônia, dizendo que o impressionante número de dois milhões de sacas de café por ano comprova o peso do estado na agricultura.

Em outro momento de sua intervenção, Amir Lando ressaltou que não há nada melhor para unir uma nação do que um inimigo externo. Ele disse entender que a crise envolvendo a carne brasileira ajudou a despertar o orgulho nacional.



Iris alerta que interesse econômico pode introduzir doença da vaca louca no país

Iris Rezende diz que o Brasil deve estar "preparado para tudo"

Durante o debate com o ministro Pratini de Moraes, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) pediu o empenho de todo o governo no esforço para evitar a contaminação do rebanho brasileiro pela doença da vaca louca.

— Existe uma guerra selvagem, movida por interesses econômicos, e devemos estar preparados para tudo — afirmou Iris. Por isso, observou, todo o governo deve estar solidário com o Ministério da Agricultura nos esforços para que o país não seja surpreendido pelo aparecimento do mal da vaca louca.

O senador lembrou um episódio ocorrido nas fronteiras com a Venezuela e a Colômbia como argumento em favor de mais investimento em defesa agropecuária. Todos os veículos que cruzavam essas fronteiras, recor-

dou, eram desinfetados para evitar o ingresso no Brasil da chamada mosca do chifre. Apesar dos cuidados, porém, a doença causada por essa mosca acabou afetando a produção brasileira. Na opinião de Iris, o que pareceu um descuido pode, na verdade, ter sido produto de interesses econômicos. "No dia seguinte à entrada da mosca do chifre, já estavam à venda remédios para os males que ela causa", lembrou. Em resposta, Pratini afirmou que a preocupação com a sanidade do rebanho encontra-se entre as prioridades do ministério.



Pratini diz a Maldaner que o Brasil vai ampliar o mercado externo

Maldaner pediu informações sobre a evolução do mercado para a carne brasileira

Após o incidente com o Canadá sobre a carne, o Brasil está aproveitando a crise da vaca louca na Europa para expandir seu mercado de exportações para a Rússia, Japão e futuramente Oriente Médio, disse o ministro da Agricultura ao responder indagação do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) durante seus esclarecimentos ao Senado Federal sobre o assunto.

O ministro afirmou que o governo já negociou com a Rússia a exportação de 15 mil suínos e, para este ano, está programada ainda a venda de mais 60 mil.

Pratini também garantiu ao senador que o governo só não conseguiu fazer o rastreamento de 2% dos animais importados pelo país, isto é, do total de 5.961 apenas 149 ainda não foram catalogados pelo ministério, devido ao gigantismo do país, que dificulta a ação fiscalizadora. O ministro informou que antes do problema da vaca louca não havia a centralização desses dados, acrescentando que agora o ministério mantém o controle dos animais.



Jonas Pinheiro afirma que a carne brasileira é um orgulho nacional

Jonas saúda a realização de concurso para contratar técnicos em vigilância sanitária

O embargo imposto pelo Canadá à carne brasileira criou uma verdadeira "revolução" no Brasil, porque a qualidade da carne produzida no país é um dos orgulhos nacionais, disse ontem ao ministro da Agricultura o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). "Enquanto a briga com o Brasil era por causa de aviões, ficou só no plano diplomático; mas, quando atingiu a nossa carne, houve uma verdadeira revolução", observou o senador.

Ele lembrou os enormes prejuízos sofridos por frigoríficos brasileiros com o cancelamento de encomendas, em alguns casos com a carne já pronta para embarcar nos portos. Jonas Pinheiro elogiou o ministro Pratini de Moraes pela realização de concurso público para contratação de técnicos em vigilância sanitária.

— Há 24 anos os produtores e os prefeitos pedem isso. Quem fazia a inspeção sanitária no nosso gado eram técnicos pagos pelos próprios frigoríficos, que emitiam laudos em nome do governo brasileiro. Agora, o Ministério da Agricultura tem sua própria equipe de técnicos, o que garante mais credibilidade ao trabalho — ressaltou o parlamentar.



Suassuna sugere preferência na exportação para países que não impõem cotas

Suassuna indagou se o país tomaria alguma iniciativa para ser ressarcido pelo Canadá

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) questionou o ministro da Agricultura e do Abastecimento sobre a política de exportação do governo, que, entende, dá preferência a países que têm cotas de importação, em detrimento de países — como a Arábia Saudita — que não impõem cotas. Ele ainda perguntou se o Brasil tomaria alguma providência legal para obter ressarcimento pelos prejuízos causados pelo boicote canadense à carne brasileira.

Em relação à política de exportação estar privilegiando países que impõem cotas de im-

portação em detrimento de outros que não o fazem, Pratini afirmou que "o governo não faz bem essas coisas". Ele disse que é a iniciativa privada que tem que negociar as vendas com o apoio do governo.

— Perdemos algumas oportunidades de exportar para países interessantes. Minha sugestão é a realização de operação *deck-to-deck*, com o governo apoiando as empresas com linhas de crédito competitivas — assinalou.

Quanto ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo boicote do Canadá, o ministro informou que o governo não exigirá ressarcimento, mas que os frigoríficos e pecuaristas privados certamente vão acionar a Justiça canadense pleiteando indenizações. Para o país, disse ainda o ministro, não houve prejuízo, pois as exportações represadas já foram liberadas.

SESSÃO SOLENE

Congresso comemora Dia Internacional da Mulher

O Congresso Nacional realizou, ontem, sessão solene para homenagear o Dia Internacional da Mulher, com a presença das senadoras Emilia Fernandes (sem partido-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Marina Silva (PT-AC) e Marluce Pinto (PMDB-RR), que se revezaram, na presidência e secretarias da Mesa, com as deputadas Telma de Souza (PT-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Zulaiê Cobra (PSDB-SP), Iara Bernardes (PT-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Luíza Erundina (PSB-SP) e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Bentes.

Na solenidade, houve a apresentação do Coral da Fundação Bradesco, formado por 30 adolescentes, alunos da cidade de Ceilândia (DF), que cantaram *Encontros e Despedidas*, de Milton Nascimento, e *Vira, virou*, de Kleiton e Kledir, sob a regência do professor Antonio Otávio de Oliveira. O Coral do Senado, também homenageou as mulheres, cantando *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, e *Eu sei que vou te amar*, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, com arranjos musicais da maestrina Glicínia Mendes.

A sessão solene foi aberta às 10h30 pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, que ressaltou a importância simbólica da data. Por alguns momentos, ele passou a presidência dos trabalhos ao presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, que se comprometeu a acelerar a votação de projetos de interesse das mulheres, alguns já tramitando há mais de uma década no Congresso.

Também estiveram presentes à sessão a secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Ivete Lund Viégas, representando o ministro José Gregori; Irani Santos Macuxi, representante da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima; Maria Inês Bunning, presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil; Elza Dória Passos, presidente da International Federation of Business and Professional Women, e Iza Louzeiro, presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal.

“Não queremos ser iguais aos homens”, afirma Marina Silva

Ao discursar na sessão solene em homenagem à mulher, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que as mulheres não querem ser iguais aos homens, porque celebram as diferenças. Com respeito mútuo a suas diferenças, ressaltou a senadora, homens e mulheres ficarão mais ricos, por



Marina Silva: mulher dignifica valores como o respeito aos fracos

meio das trocas de experiência e de características. “Os iguais não conseguem somar, ficam presos em seu narcisismo”, disse.

Marina Silva enfatizou que o papel da mulher, através dos milênios, foi atrofiado não somente na política e na economia, mas também nas ciências e nas artes. “Agora, estamos recebendo uma ajuda para celebrar o nosso progresso, depois de milênios em que ficamos para trás, como incompetentes e cidadãs sem categoria. Finalmente, estamos colocando a cabecinha para fora”, disse.

A senadora ressaltou a capacidade da mulher de mostrar sua competência para completar a raça hu-

mana. Sua melhor diferença em relação aos homens é dignificar, com mais ênfase, valores como respeito à ecologia, aos fracos e miseráveis, trabalhando pela inclusão planetária de todos os seus habitantes, explicou.

Ela citou uma música do grupo Titãs, dedicada aos jovens que não querem “só comida”, mas “diversão e arte”, dizendo que as mulheres também querem abarcar a vida inteira, em toda parte, trabalhando para conquistar respeito e combatendo a violência crescente contra as crianças, os pobres e as próprias mulheres.

Para Marina Silva, nunca a sociedade brasileira precisou de tanto compromisso com a ética e a moralidade pública para superar seus problemas, avançando na construção do país. “É nesse terreno que estamos sendo chamadas a atuar, agora que estamos conseguindo convencer a todos sobre nossa competência”, concluiu.



Na solenidade, houve apresentação do coral da Fundação Bradesco, formado por alunos da cidade de Ceilândia

Emilia repele redução dos direitos femininos

A senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) reivindicou a rápida aprovação, no Congresso Nacional, do Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, adotada nas Nações Unidas em 1999, ao qual o Brasil aderiu recentemente. O protocolo, esclareceu, prevê a possibilidade de apresentação, ao Comitê da ONU, de denúncias individuais sobre casos de discriminação contra as mulheres para providências imediatas. O pedido foi feito pela senadora durante sessão especial do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, transcrito na última quinta-feira e comemorado ontem pelos parlamentares.



Emilia pediu aprovação do protocolo contra a discriminação da mulher

Segundo Emilia, o atual modelo neoliberal adotado no país é, em sua essência, antidemocrático, avesso a tudo o que representa participação e presença das mulheres na sociedade brasileira e mundial. “No ano passado, por exemplo, impedimos que o direito à licença-maternidade fosse reduzido, o que abriria caminho, certamente, para sua supressão total”, afirmou.

Diante desse quadro, a bancada feminina no Congresso definiu, para 2001, a bandeira “Nenhum direito a menos, direitos a mais”, justamente com o objetivo de lutar contra o fato de os direitos tradicionais das mulheres, consolidados desde o governo Getúlio Vargas, estarem sendo sistematicamente ataca-

dos com o objetivo de impor retrocessos inaceitáveis, explicou Emilia.

A senadora pelo Rio Grande do Sul disse ainda que a bancada feminina também estará lutando, no decorrer do ano, pela reformulação dos Códigos Civil e Penal para adequá-los à realidade brasileira. “Em especial, queremos apuração dos casos de violência e corrupção e justiça célere para os culpados, para que não se repitam casos como o do assassinato da deputada Ceci Cunha, vergonhosamente impune até hoje e empurrado para o esquecimento”, afirmou.

Emilia observou que a crescente conscientização da sociedade tem resultado na elaboração de leis em defesa dos direitos da criança, do idoso, da mulher. “Mas as leis não podem mudar corações, onde estão as raízes da injustiça e do preconceito”, concluiu.

Marluce: luta contra preconceito deve unir sexos

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que o Dia Internacional da Mulher não deve ser de simples homenagens, mas um “dia de luta” contra as desigualdades sociais e a violência que fazem da mulher sua vítima preferencial. “Ombro a ombro, homens e mulheres precisam lutar para dar um basta a tanta contradição, a tanta injustiça”, afirmou, em sessão solene do Congresso em homenagem à mulher. Marluce citou recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrando que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo.

No Brasil, disse Marluce, informações oficiais mostram que, apesar do aumento da força de trabalho, as mulheres continuam a receber 25% menos do que os ho-

mens em trabalhos correlatos, e somente um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada. No trabalho informal, disse a senadora, onde a presença feminina é superior a 60%, e no campo, onde 50% dos trabalhadores são do sexo feminino, os benefícios mínimos garantidos constitucionalmente são praticamente desprezados.

Segundo a senadora por Roraima, informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação das cidades mostram que cerca de 500 mil mulheres, anualmente, sofrem algum tipo de agres-



Marluce lamenta que mulher continue a ganhar menos que homem

são física, dentro ou fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais. “A situação é mais grave quando se sabe que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino”, disse.

Ao concluir seu pronunciamento, Marluce Pinto conclamou os parlamentares brasileiros a lutarem pelo respeito ao artigo 5º da Constituição: “Todos são iguais perante a lei”. Para ela, as injustiças que persistem contra as mulheres representam entulhos de um sistema dominante falido que alguns insistem em conservar.



Freire afirma que 68,27% dos leitos disponíveis no SUS pertencem ao setor privado

Freire quer garantir recursos para rede pública de saúde

Com projeto, senador pretende inverter situação atual, em que a maior parte dos leitos disponíveis para internação pertence ao setor privado

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto de lei complementar determinando que 75% de todos os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam aplicados na rede pública de saúde, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A proposta inverte a atual situação em que a maior parte dos hospitais e dos leitos disponíveis para internação hospitalar pertencem ao setor privado de saúde.

Na justificativa de seu projeto, Freire argumenta que a Constituição dispõe que o SUS seja constituído de uma rede regionalizada de ações e serviços de saúde, integrado por órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A participação de instituições privadas é admitida, apenas, em cará-

ter complementar. "Mas, ao examinarmos os dados referentes à composição hospitalar do SUS, verificamos que a participação da iniciativa privada é amplamente majoritária", afirma.

Segundo Freire, trata-se de uma distorção grave que coloca em risco o modelo de assistência médico-hospitalar imaginado pelo legislador constituinte, uma vez que a adesão das instituições privadas ao SUS é circunstancial, motivada sempre por expectativas de lucro. "O projeto visa a garantir o redirecionamento dos gastos da União, estados e municípios para a rede pública", explica.

Os percentuais relativos à distribuição dos leitos hospitalares do SUS são alarmantes, argumenta

Freire. Ao fim do ano de 1997, havia cerca de 500 mil leitos disponíveis para o SUS, dos quais 68,27% pertenciam ao setor privado, 22,58% à rede pública e 9,15% a universidades públicas e privadas. Em 1998, dos 6.350 hospitais do Sistema, 64,55% eram particulares, 33,13% públicos e 2,32% pertenciam a universidades.

Além dos recursos constitucionais destinados ao SUS, o projeto abrange as verbas carimbadas previstas na chamada PEC da Saúde, aprovada pelo Congresso este ano. A emenda fixa percentuais das arrecadações da União, estados e municípios que serão, obrigatoriamente, destinadas a ações e serviços públicos de saúde, até o exercício financeiro de 2004.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 - *Cidadania* - Sen. Roberto Saturnino e o presidente do STM, brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, falam sobre o Sivam e a soberania nacional
7h30 - *Entrevista* - Sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil
8h - *Jornal do Senado*
8h30 - *Saúde/Unip* - Feridas que não cicatrizam
9h - *As Cores do Brasil* - Amazonas
9h30 - *Entrevista* - Sen. Mauro Miranda fala sobre o acesso à moradia
10h - Sessão plenária (ao vivo)
Logo após - CPI do Futebol - Depoimentos do dr. Roberto Abranches, presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, e do dr. Paulo César Ferreira, ex-conselheiro do Flamengo (gravado)
Logo após - Sessão Conjunta do Congresso Nacional - Homenagem ao Dia Internacional da Mulher (gravado)
20h30 - *Entrevista* - Sen. Moreira Mendes fala

sobre o turismo no Brasil

21h - *Jornal do Senado*

21h30 - Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - CPI do Futebol
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
24h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - CPI do Futebol

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsa: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica - Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Sivam, ecoturismo e moradia são temas de hoje na TV Senado

O programa *Cidadania* de hoje recebe o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) e o presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, para falar sobre soberania nacional e o Projeto Sivam. Eles debatem questões como a importância de se manter ou não a ocupação militar da Amazônia, a dificuldade de controle do espaço aéreo brasileiro ou a conveniência da participação das Forças Armadas no combate à criminalidade, em ações de segurança pública como a ocupação dos morros do Rio de Janeiro. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30.

O senador Moreira Mendes



Mauro fala sobre proposta que dá preferência às mulheres nos programas de moradia popular

(PFL-RO) fala do turismo no Brasil no programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje às 3h30, 7h30 e 20h30. O senador acredita que os investimentos

do governo federal para o ecoturismo na Amazônia atrairão a atenção do turista internacional. Ele comemora o crescimento, qualitativo e quantitativo, do turismo interno. Como exemplo, citou a Bahia que, na sua opinião, oferece ao turista boas condições de infra-estrutura, especialmente em Salvador.

Acesso à moradia é o assunto do programa *Entrevista* das 9h30 na TV Senado. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) explica o projeto de lei de sua autoria que dá às mulheres preferência na obtenção de título de posse de terra e nos programas de produção e distribuição de casas populares.

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Diploma pode homenagear defesa dos direitos da mulher

O Senado votará hoje a instituição do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A idéia é agraciar anualmente cinco mulheres que tenham contribuído de forma relevante para a defesa dos direitos femininos. O diploma será conferido a cada ano pelo Senado em sessão convocada especialmente para esse fim no Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

As indicações das candidatas, acompanhadas dos currículos,

deverão ser enviadas, até o dia 1º de novembro do ano anterior, à Mesa Diretora do Senado por entidades, governamentais ou não, que realizem atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher. Será instituído no Senado, de acordo com o projeto, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado, para apreciar as indicações.



Bertha Lutz lutou para mudar a legislação referente ao trabalho da mulher

As lutas de Bertha Lutz

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em 1894, em São Paulo. Filha do médico Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, graduou-se em Botânica, Ciências Naturais, Zoologia, Embriologia, Química e Biologia pela Universidade de Sorbonne, na França. De volta ao Brasil, em 1918, desenvolveu intenso trabalho em prol das teses feministas e, ao ser aprovada em concurso, tornou-se a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. No ano seguinte, fundou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, assumiu a liderança do movimento em favor do voto feminino no Brasil e acompanhou a luta pela causa em todo o mundo.

Bertha Lutz ocupou cargos em associações internacionais pró-direitos femininos, como a Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos. A primeira vitória incontestável do movimento no Brasil foi a admissão de meninas no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A militante acompanhou a aprovação do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1928. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substituiu a Liga, conseguiu inserir na Constituição o direito da mulher ao voto, efetivamente

te conquistado em 1932.

Naquele mesmo ano, Bertha Lutz criou a Liga Eleitoral Independente e no pleito eleitoral seguinte conseguiu a suplência para uma vaga na Câmara dos Deputados. Em 1936, Bertha assumiu a cadeira na Câmara, onde lutou para mudar a legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, além de propor igualdade salarial, redução da jornada e licença de três meses, com vencimentos, para gestantes. Em 1937, foram dissolvidos os órgãos legislativos e Bertha assumiu a chefia do setor de botânica do Museu Nacional, onde trabalhou até a aposentadoria compulsória, em 1964.

Em 1975, Ano Internacional da Mulher, Bertha integrou a delegação brasileira à Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas no México. Foi ainda autora de diversas publicações, como *A nacionalidade da mulher casada* e *O Trabalho Feminino*.

Bertha Lutz participou de inúmeras instituições nacionais e internacionais de defesa dos direitos da mulher, até o fim da vida. Em 1976, aos 82 anos, solteira, morreu sozinha, em um asilo particular, vítima de pneumonia aguda.

Senado examina projeto que cria o estado do Araguaia

Senador argumenta que tamanho de Mato Grosso – cerca de quatro vezes a área de São Paulo – dificulta ação governamental e desenvolvimento

O Plenário do Senado vota hoje projeto que pode resultar na criação de mais um estado no país. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a proposta convoca plebiscito para que a população de 52 municípios do Mato Grosso decida se deseja formar o estado do Araguaia. Também hoje, será votado projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça (veja matéria nesta página).

O projeto de Mozarildo foi examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo recebido parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Caso seja aprovado em plenário, segue para apreciação da Câmara dos Deputados. Se a decisão dos deputados for favorável, o projeto será promulgado pelas Mesas do Senado e da Câ-



Maria do Carmo Alves deu parecer favorável ao projeto de Mozarildo Cavalcanti

mara e, em seguida, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso realizará o plebiscito.

Mozarildo já obteve a aprovação de dois outros projetos que autorizam a realização de plebiscitos para a criação de mais duas unidades da Federação: a do Tapajós, no Pará, e a do Solimões, no Amazonas. Em relação a Tapajós, o Plenário apro-

vou a matéria de acordo com a proposta de Mozarildo. Já em relação ao Solimões, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou substitutivo, aprovado na comissão, criando três territórios no local, em vez de um estado. Essas duas matérias aguardam exame na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Justificando a necessidade de criação do estado Araguaia, Mozarildo argumentou que Mato Grosso tem 906.806 quilômetros quadrados, quase quatro vezes a área do estado de São Paulo. Segundo o senador, Mato Grosso tem quase o mesmo tamanho que São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santos juntos. “Por sua dimensão, não consegue se beneficiar de ações governamentais para induzir um desenvolvimento harmônico do estado”, disse o senador.

Nova unidade federativa deve ter 52 municípios

O projeto que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia define os municípios que devem integrar a nova unidade federativa. Eles são os seguintes: Aripuanã, Cotriguaçu, Nova Bandeirante, Juruena, Castanheira, Juína, Apiaçás, Nova Monte Verde, Juruá, Catuí, Brasnorte, Paranaitá, Alta

Floresta, Novo Mundo, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Tabaporá, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Nova Maringá, Tapurá, Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Itaúba, Sorriso, Sinop, Vera, Santa Carmem, Feliz Natal, Nova Ubiratã,

União do Sul, Cláudia, Marcelândia, Colider, Paranatinga, Gaúcho do Norte, Canarana, Querência, Ribeirão Cascalheira, Cocalinho, Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia, Cana Brava do Norte, Lucíara, Porto Alegre do Norte, Confresa, Vila Rica, Santa Terezinha e São José do Xingu.

Plenário aprecia proposta que torna inelegível candidato com contas rejeitadas

Ainda hoje poderá ser votado projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça. A inelegibilidade, de acordo com a proposta, valerá tanto para a eleição na qual o candidato tenha sido diplomado, quanto para as que se realizarem nos três anos seguintes. Na justificativa de seu projeto, Mendes recorda não haver notícia de punição de candidatos, eleitos ou não, por irregularidades



Moreira Mendes não se recorda de punição de candidatos por irregularidades em campanha

des observadas em contas referentes a campanhas eleitorais. Estão ainda na pauta de hoje

oito atos que renovam, outorgam ou autorizam permissões ou concessões das seguintes emissoras de rádio: Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis (MT), Sociedade Patense de Radiodifusão (MG), Sociedade Rádio Metropolitana (RJ), Rádio FM Costa Branca (RN), Rádio Princesa das Matas (AL), Rádio Comunitária da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporã (PR), Rádio Comunitária da Associação de Moradores do Loteamento Jardim Santa-Ana (AL) e Rádio Universitária Metropolitana (DF).

Althoff pedirá mais rapidez no rastreamento de contas

Relator da CPI do Futebol irá ao ministro da Justiça para tentar apressar o recebimento de informações sobre movimentação bancária no exterior



O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, (PFL-SC), informou ontem que irá pedir rapidez ao Ministério da Justiça no rastreamento de contas bancárias no exterior de pessoas investigadas pela comissão. Ele acrescentou que, acompanhado do presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), terá uma reunião na próxima terça-feira com o ministro José Gregori.

— Nós já encaminhamos à Advocacia Geral da União uma solicitação para obter informações sobre essas contas bancárias no exterior e nosso encontro com o ministro servirá para pedir maior celeridade no fornecimento desses dados — disse

o senador.

Geraldo Althoff adiantou também que, no mesmo dia, fará uma visita ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles. Ele explicou que o ministro poderá colaborar na fase de apresentação de propostas pela CPI do Futebol, sobretudo viabilizando a edição de medidas provisórias para fazer as alterações sugeridas pela comissão.

O relator disse ainda que a reunião sigilosa da CPI, ocorrida na terça-feira, teve o propósito de dar oportunidade ao ex-presidente do Vasco Antônio Soares Calçada de revelar informações ou dados que porventura quisesse apresentar em sigilo.

Hoje, às 10 horas, depõem o presidente do Conselho Fiscal do



Geraldo Althoff fará visita também ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles

Flamengo, Roberto Abranches, e o ex-conselheiro do clube Paulo César Ferreira. Eles deverão falar sobre as suspeitas de remessa ilegal de recursos para o exterior em negociações de jogadores.

Jefferson Péres defende aprovação do financiamento público de campanhas

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu a aprovação do projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o financiamento público exclusivo das campanhas políticas. Para ele, esse tipo de custeio “é a única alternativa eficaz às distorções endêmicas às campanhas com sistemas privados ou mistos”.

— Jamais o encarei como panacéia automática para o problema universal da corrupção e do abuso do poder econômico nas eleições, mas sim como um recurso minimamente nivelador das condições de disputa entre os vários candidatos — afirmou o senador.

Jefferson Péres questiona o fato de certos candidatos poderem gastar até US\$ 6 milhões para conquistar um mandato na Câmara dos Deputados ou até o décuplo desse valor na disputa de prefeituras de grandes cidades ou de governos estaduais. Para o senador pelo PDT, esse sistema cria a expectativa de ressarcimento dos gastos mediante expedientes variados, “todos igualmente condenáveis”. O parlamentar lembrou que o ganho acumulado nos quatro anos de um mandato de deputado federal não passa de US\$ 216 mil.



Jefferson Péres critica distorções no financiamento de campanhas eleitorais

O representante do Amazonas no Senado disse ainda que o primado da ética na administração pública deve consolidar-se com a aprovação de duas leis que relatou no Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a que trata de crimes fiscais.

— Os mecanismos de monitorização dos gastos públicos e de prestação de contas impedirão que desvios tópicos se agigantem em crises administrativas e financeiras generalizadas — afirmou.

O senador deu exemplos do que chamou de “descontrole criminoso”. Lembrou que, no Piauí, 122 dos

222 prefeitos eleitos em 1996 desviaram R\$ 140 milhões do Fundef, o Fundo de Valorização do Magistério. Na maior cidade do país, a “máfia dos fiscais expôs a podridão que tomara conta das administrações Paulo Maluf e Celso Pitta”, em São Paulo, observou. Mencionou também o escândalo da construção do Fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que resultou na prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e na cassação do senador Luiz Estevão.

Jefferson citou coletânea de artigos publicados pelo escritório brasileiro da Fundação Konrad Adenauer (o Instituto de Assuntos Sociais e Políticos da Democracia Cristã da Alemanha) sobre a corrupção que, segundo o senador, é um dos principais componentes do chamado Custo Brasil. Um dos artigos, escrito pelo professor David Fleischer, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), ressalta que apenas dois dos vereadores paulistanos ligados a Pitta conseguiram se reeleger. No Piauí, dos 107 prefeitos que desviaram recursos do Fundef e se candidataram à reeleição, apenas 37 se reelegeram.

Alcântara lembra aniversário da morte de César Cals

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou o transcurso do décimo aniversário de falecimento do ex-ministro, ex-governador e ex-senador César Cals de Oliveira Filho. Segundo o parlamentar, César Cals foi, “sem sombra de dúvida”, um brasileiro e um cearense ilustre que por mais de duas décadas teve marcante atuação tanto na vida pública do país como na de seu estado natal.

Formado em Engenharia Elétrica e Civil pelo Instituto Militar de Engenharia e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembrou o senador, César Cals notabilizou-se como “um grande tocador de obras” no setor elétrico e chegou ao cargo de ministro de Minas e Energia, em 1979, no governo do presidente João Figueiredo. Nesse período, disse, destacou-se como o implantador do Proálcool, pelo desenvolvimento de um programa de energia alternativa com o emprego de biomassa, e por ter aumentado a prospecção de petróleo, que chegou a 500 mil barris/dia.

Em 1971, acrescentou, César Cals foi nomeado governador do Ceará pelo presidente Garrastazu



Para Lúcio Alcântara, o ex-ministro César Cals foi “um brasileiro e um cearense ilustre”

Médici, empenhando-se em mudar a mentalidade empresarial do estado, lançando programas de exploração agrícola de áreas então ociosas, como a Floresta de Cajueiros.

Indicado senador indireto em 1978, César Cals teve atuação parlamentar de destaque, afirmou Alcântara, apesar de ter permanecido durante pouco tempo na Casa. De acordo com o senador, ele tinha o hábito de fazer curtos discursos e apartes. “Mas, por meio desses, sempre dava seu recado.”

Eduardo quer solução imediata de disputa territorial entre estados

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu a imediata solução da pendência existente sobre a linha divisória entre os limites territoriais dos estados do Tocantins, Bahia e Goiás. A área em disputa, informou ele, está localizada no ponto de intersecção dos três estados, abrangendo os municípios de Lavandeira, Aurora do Tocantins, Taguatinga, Ponte Alta, Novo Jardim, Dianópolis, Rio da Conceição e Mateiros.

Eduardo Siqueira Campos observou que o governo do Tocantins está aberto ao diálogo para que a redivisão territorial seja feita o mais rápido possível, obedecendo as normas legais. Ele informou que a pendência territorial não interessa a ninguém, muito menos aos habitantes da região que sofrem com o impasse da demarcação.

O senador acrescentou que a questão, sem maior importância no passado, vem tomando vulto nos últimos anos face ao crescimento da ocupação produtiva da



Eduardo Siqueira Campos diz que habitantes da região sofrem com o impasse da demarcação

região, com destaque para o cultivo da soja, a criação de gado e outras atividades agropecuárias.

— A solução do problema se torna a cada dia mais premente, não só em função do recolhimento de impostos mas pela insegurança e contínuos transtornos das pessoas, sempre inseguras em relação ao uso e disponibilidade dos serviços públicos e do exercício de suas condições de cidadania — concluiu Eduardo Siqueira Campos.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares